

caderno do
PROFESSOR

FILOSOFIA



ensino médio
1ª SÉRIE
volume 4 - 2009



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador
José Serra

Vice-Governador
Alberto Goldman

Secretário da Educação
Paulo Renato Souza

Secretário-Adjunto
Guilherme Bueno de Camargo

Chefe de Gabinete
Fernando Padula

Coordenadora de Estudos e Normas
Pedagógicas
Valéria de Souza

Coordenador de Ensino da Região
Metropolitana da Grande São Paulo
José Benedito de Oliveira

Coordenador de Ensino do Interior
Rubens Antonio Mandetta

Presidente da Fundação para o
Desenvolvimento da Educação – FDE
Fábio Bonini Simões de Lima

EXECUÇÃO

Coordenação Geral
Maria Inês Fini

Concepção
Guiomar Namó de Mello
Lino de Macedo
Luís Carlos de Menezes
Maria Inês Fini
Ruy Berger

GESTÃO

Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Presidente do Conselho Curador:
Antonio Rafael Namur Muscat

Presidente da Diretoria Executiva:
Mauro Zilbovicius

Diretor de Gestão de Tecnologias
aplicadas à Educação:
Guilherme Ary Plonski

Coordenadoras Executivas de Projetos:
Beatriz Scavazza e Angela Sprenger

COORDENAÇÃO TÉCNICA

CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas
Pedagógicas

Coordenação do Desenvolvimento dos Conteúdos Programáticos e dos Cadernos dos Professores

Ghisleine Trigo Silveira

AUTORES

Ciências Humanas e suas Tecnologias

Filosofia: Paulo Miceli, Luiza Christov, Adilton
Luís Martins e Renê José Trentin Silveira

Geografia: Angela Corrêa da Silva, Jaime
Tadeu Oliva, Raul Borges Guimarães, Regina
Araujo, Regina Célia Bega dos Santos e
Sérgio Adas

História: Paulo Miceli, Diego López Silva,
Glaydson José da Silva, Mônica Lungov Bugelli e
Raquel dos Santos Funari

Sociologia: Heloisa Helena Teixeira de Souza
Martins, Marcelo Santos Masset Lacombe,
Melissa de Mattos Pimenta e Stella Christina
Schrijnemaekers

Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Biologia: Ghisleine Trigo Silveira, Fabiola Bovo
Mendonça, Felipe Bandoni de Oliveira, Lucilene
Aparecida Esperante Limp, Maria Augusta
Querubim Rodrigues Pereira, Olga Aguiar
Santana, Paulo Roberto da Cunha, Rodrigo
Venturoso Mendes da Silveira e Solange Soares
de Camargo

Ciências: Ghisleine Trigo Silveira, Cristina
Leite, João Carlos Miguel Tomaz Micheletti Neto,
Julio César Foschini Lisbôa, Lucilene Aparecida
Esperante Limp, Maira Batistoni e Silva, Maria
Augusta Querubim Rodrigues Pereira, Paulo
Rogério Miranda Correia, Renata Alves Ribeiro,
Ricardo Rechi Aguiar, Rosana dos Santos Jordão,
Simone Jaconetti Ydi e Yassuko Hosoume

Física: Luis Carlos de Menezes,
Estevam Rouxinol, Guilherme Brockington,
Ivã Gurgel, Luís Paulo de Carvalho Piassi, Marcelo
de Carvalho Bonetti, Maurício Pietrocola Pinto
de Oliveira, Maxwell Roger da Purificação Siqueira,
Sonia Salem e Yassuko Hosoume

Química: Maria Eunice Ribeiro Marcondes,
Denilse Moraes Zambom, Fabio Luiz de Souza,
Hebe Ribeiro da Cruz Peixoto, Isis Valença de
Sousa Santos, Luciane Hiromi Akahoshi, Maria
Fernanda Penteado Lamas e Yvone
Mussa Esperidião

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Arte: Gisa Picosque, Mirian Celeste Martins,
Geraldo de Oliveira Suzigan, Jéssica Mami Makino
e Sayonara Pereira

Educação Física: Adalberto dos Santos Souza,
Jocimar Daolio, Luciana Venâncio, Luiz Sanches
Neto, Mauro Betti e Sérgio Roberto Silveira

LEM – Inglês: Adriana Ranelli Weigel Borges, Alzira
da Silva Shimoura, Lívia de Araújo Donnini Rodrigues,
Priscila Mayumi Hayama e Sueli Salles Fidalgo

Língua Portuguesa: Alice Vieira, Débora Mallet
Pezarim de Angelo, Eliane Aparecida de Aguiar,
José Luís Marques López Landeira e João Henrique
Nogueira Mateos

Matemática

Matemática: Nilson José Machado, Carlos
Eduardo de Souza Campos Granja, José Luiz Pastore
Mello, Roberto Perides Moisés, Rogério Ferreira da
Fonseca, Ruy César Pietropaolo e Walter Spinelli

Caderno do Gestor

Lino de Macedo, Maria Eliza Fini e Zuleika de Felice
Murrie

Equipe de Produção

Coordenação Executiva: Beatriz Scavazza

Assessores: Alex Barros, Beatriz Blay, Carla de
Meira Leite, Eliane Yambanis, Heloisa Amaral Dias
de Oliveira, José Carlos Augusto, Luiza Christov,
Maria Eloisa Pires Tavares, Paulo Eduardo Mendes,
Paulo Roberto da Cunha, Pepita Prata, Renata
Elsa Stark, Ruy César Pietropaolo, Solange Wagner
Locatelli e Vanessa Dias Moretti

Equipe Editorial

Coordenação Executiva: Angela Sprenger

Assessores: Denise Blanes e Luis Márcio Barbosa

Projeto Editorial: Zuleika de Felice Murrie

Edição e Produção Editorial: Conexão Editorial,
José Genulino Moura Ribeiro, Verba Editorial e
Occy Design (projeto gráfico)

APOIO

FDE – Fundação para o Desenvolvimento da
Educação

CTP, Impressão e Acabamento

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo autoriza a reprodução do conteúdo do material de sua titularidade pelas demais secretarias de educação do país, desde que mantida a integridade da obra e dos créditos, ressaltando que direitos autorais protegidos* deverão ser diretamente negociados com seus próprios titulares, sob pena de infração aos artigos da Lei nº 9.610/98.

* Constituem "direitos autorais protegidos" todas e quaisquer obras de terceiros reproduzidas no material da SEE-SP que não estejam em domínio público nos termos do artigo 41 da Lei de Direitos Autorais.

Catálogo na Fonte: Centro de Referência em Educação Mario Covas

São Paulo (Estado) Secretaria da Educação.

S239c

Caderno do professor: filosofia, ensino médio - 1ª série, volume 4 / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; equipe, Adilton Luís Martins, Luiza Christov, Paulo Miceli. – São Paulo : SEE, 2009.

ISBN 978-85-7849-402-5

1. Filosofia 2. Ensino Médio 3. Estudo e ensino I. Fini, Maria Inês. II. Martins, Adilton Luís. III. Christov, Luiza. IV. Miceli, Paulo. V. Título.

CDU: 373.5:101

Caras professoras e caros professores,

Este exemplar do Caderno do Professor completa o trabalho que fizemos de revisão para o aprimoramento da Proposta Curricular de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental – Ciclo II e do Ensino Médio do Estado de São Paulo.

Graças às análises e sugestões de todos os professores pudemos finalmente completar um dos muitos recursos criados para apoiar o trabalho em sala de aula.

O conjunto dos Cadernos do Professor constitui a base estrutural das aprendizagens fundamentais a serem desenvolvidas pelos alunos.

A riqueza, a complementaridade e a marca de cada um de vocês nessa elaboração foram decisivas para que, a partir desse currículo, seja possível promover as aprendizagens de todos os alunos.

Bom trabalho!

Paulo Renato Souza

Secretário da Educação do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

São Paulo faz escola – Uma Proposta Curricular para o Estado 5

Ficha do Caderno 7

Orientação sobre os conteúdos do Caderno 8

Situações de Aprendizagem 9

Situação de Aprendizagem 1 – Desigualdade social e ideologia 9

Situação de Aprendizagem 2 – Democracia e justiça social 17

Situação de Aprendizagem 3 – Os Direitos Humanos 23

Situação de Aprendizagem 4 – Participação política 31

Considerações finais 35

SÃO PAULO FAZ ESCOLA – UMA PROPOSTA CURRICULAR PARA O ESTADO

Caros(as) professores(as),

Este volume dos Cadernos do Professor completa o conjunto de documentos de apoio ao trabalho de gestão do currículo em sala de aula enviados aos professores em 2009.

Com esses documentos, a Secretaria espera apoiar seus professores para que a organização dos trabalhos em sala de aula seja mais eficiente. Mesmo reconhecendo a existência de classes heterogêneas e numerosas, com alunos em diferentes estágios de aprendizagem, confiamos na capacidade de nossos professores em lidar com as diferenças e a partir delas estimular o crescimento coletivo e a cooperação entre eles.

A estruturação deste volume dos Cadernos procurou mais uma vez favorecer a harmonia entre o que é necessário aprender e a maneira mais adequada, significativa e motivadora de ensinar aos alunos.

Reiteramos nossa confiança no trabalho dos professores e mais uma vez ressaltamos o grande significado de sua participação na construção dos conhecimentos dos alunos.

Maria Inês Fini
Coordenadora Geral
Projeto São Paulo Faz Escola



FICHA DO CADERNO

Nome da disciplina: Filosofia

Área: Ciências Humanas e suas Tecnologias

Etapa da educação básica: Ensino Médio

Série: 1^a

Volume: 4

Temas e conteúdos: Filosofia política

O RIENTAÇÃO SOBRE OS CONTEÚDOS DO CADERNO

Caro professor,

Neste Caderno, adota-se a mesma tendência dos anteriores, a saber: pensar a tradição filosófica tomando-se por base as questões da vida cotidiana. Além disso, insiste-se na valorização do papel docente como mediação essencial para estabelecer a relação entre os pensadores e os adolescentes. Este Caderno, portanto, assim como os demais, depende diretamente de sua atuação, não se dispensando, igualmente, os livros didáticos, que devem ser utilizados sempre. Ele é um apoio, um espaço de diálogo entre nós, profissionais do ensino de Filosofia da Rede Pública, responsáveis pela formação integral do aluno.

A própria existência deste material significa que cada vez mais a Filosofia toma o seu lugar por direito na sociedade brasileira, em especial no Estado de São Paulo. E, ainda que a realidade de muitas escolas apresente relações adversas à construção de conhecimentos, isso aumenta a importância de levar o estudante ao exercício do pensamento crítico e reflexivo, algo tão urgente quanto ensiná-lo a escrever e a calcular. Por essas razões, neste Caderno, há uma insistência no refletir como exercício contínuo, a fim de preparar uma visão crítica sobre as desigualdades e sobre os demais problemas sociais.

Não se trata de supervalorizar os problemas sociopolíticos, mas de enfrentá-los, de modo que os jovens percebam a importância do pensar e do participar na vida democrática, evitando as manifestações de pessimismo político. Em poucas palavras, cultivando, ainda que em meio a muitas dificuldades, a esperança.

Discutiremos questões em torno da pobreza, democracia, ideologia, Direitos Humanos e participação política. *O que é ser pobre?*

É preciso orgulhar-se da pobreza ou lutar contra ela? O aluno será convidado a pensar na **ideologia**, aqui entendida, em conformidade com Karl Marx, como um sistema de ideias e conceitos que corresponde aos interesses de uma classe social, mesmo que muitos indivíduos desta classe não se identifiquem ou não tenham consciência sobre este. Decorre da posição que determinada classe ocupa em uma sociedade, uma vez que esta posição constitui o contexto no qual os indivíduos elaboram seus discursos explicativos sobre esta mesma posição.

Depois de discutir a ideologia, o aluno será desafiado a pensar a **democracia** no âmbito de outra filosofia política, o **neoliberalismo**, de John Rawls: a justiça como equidade. Após as reflexões teoricamente circunstanciadas, encerramos este quarto e último Caderno do ano com duas propostas de trabalho prático: conhecer e fazer conhecer os Direitos Humanos e escrever a uma autoridade pedindo a solução de um problema. Diferentemente dos outros Cadernos de Filosofia, este traz para você um anexo especial sobre os Direitos Humanos, pois, ainda que esses direitos possam ser questionados em sua universalidade, eles devem ser de conhecimento de todos os que vivem sob o regime democrático.

Conhecimentos priorizados

Aqui a prioridade é desenvolver a reflexão política a respeito da pobreza, da desigualdade social, da ideologia e da democracia. Para tanto, é necessário fazer com que os educandos reconheçam a pobreza como uma questão social importante, problematizando-a com base em suas vidas particulares e na sociedade, em seu conjunto, considerando, ainda, a ideologia e a ausência e/ou os limites da justiça social.

SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1 DESIGUALDADE SOCIAL E IDEOLOGIA

O objetivo desta Situação de Aprendizagem é desenvolver uma reflexão filosófica sobre as questões que cercam a condição de pobreza na qual vive grande parte da população mundial. Esse tema também será abordado em Sociologia, especialmente no campo da discussão sobre desigualdade social, mas a Filosofia pode auxiliar no aprofundamento da colocação de algumas questões, como: *Por que a maioria das pessoas vive em condições*

precárias? A que se deve a permanência dessas pessoas nessa situação?

Em seguida, a discussão vai ser encaminhada para o tema “ideologia”; para se pensar as diversas formas de justificativas para a manutenção das condições de pobreza. Partimos, e estes Cadernos sempre são pontos de partida, do conceito de ideologia segundo Karl Marx.

Tempo previsto: 4 aulas.

Conteúdos e temas: pobreza; diferença social; ideologia.

Competências e habilidades: desenvolvimento de reflexão crítica a respeito de fatores que se inter-relacionam, gerando condições de pobreza material; elaboração do conceito de ideologia.

Estratégias: escrita; leitura; análise de fotos.

Recursos: revistas; jornais; textos.

Avaliação: análise do Caderno do Aluno, bem como de produções escritas diversas aqui sugeridas que sejam mais adequadas ao professor, para garantir o aprendizado dos conteúdos destacados.

Sondagem e sensibilização – Ouvir e dialogar

A reflexão sobre a pobreza será circunstanciada por dados e critérios que servem de referência para proposição de políticas públicas que objetivam a superação da miséria. Mas para começar a reflexão é importante que os alunos apresentem suas representações sobre o tema.

1. O que é ser pobre?

Após as hipóteses dos alunos, que podem ser registradas no Caderno, é importante lembrar que ser pobre é, principalmente, ter acesso precário ou viver privado de bens materiais e culturais que permitam o desenvolvimento integral do ser humano. Entre as condições materiais, sobretudo nos centros urbanos, podemos destacar a renda, a alimentação, a moradia,

o transporte e o trabalho. Os aspectos fundamentais das condições culturais referem-se ao acesso e à permanência em escolas nas quais os alunos aprendam a frequentar e a participar de atividades como teatro, cinema, turismo e lazer.

Tais condições representam, historicamente, o essencial na sociedade na qual vivemos, mas o que se verifica atualmente em todo o planeta é a presença de populações em circunstâncias materiais de pobreza na grande maioria dos países, independentemente da cultura e da etnia. Raras exceções são apontadas, como a Suécia, Noruega, Canadá, Dinamarca, nos quais a presença de pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza é praticamente inexistente.

Em geral, os especialistas estabelecem o nível de pobreza baseados em índices **monodimensionais** e **multidimensionais**, conforme sintetizamos a seguir:

a) Renda (monodimensional)

Banco Mundial – Segundo a instituição, são pobres os que têm renda pessoal ou familiar abaixo de um determinado nível: **a linha de pobreza**, em geral, é considerada em relação a um dólar por dia e por pessoa. Para o cálculo, soma-se a renda da família, divide-se o total pelo número de familiares e, depois, por 30 (os dias do mês). Finalmente, divide-se o resultado pelo valor do dólar. Quem não alcançar a renda de um dólar por dia está abaixo da linha de pobreza. Vejamos a fórmula:

$$\frac{[(\text{Renda mensal} \div \text{n}^\circ \text{ de familiares}) \div 30 \text{ dias}] \div \text{valor do dólar} = \text{renda por pessoa/dia}}$$

Por exemplo: a renda mensal da família de seu Marcelo é de 340 reais, que têm de ser divididos entre 5 pessoas. No mês considerado, o valor do dólar é de R\$ 1,90, como está a família de seu Marcelo, segundo o índice de pobreza?

$$\begin{aligned} \text{Renda mensal: R\$ 340,00.} \\ 340 \div 5 = \text{R\$ 68,00 por pessoa.} \\ \text{R\$ 68,00} \div 30 \text{ dias} = \text{R\$ 2,26.} \\ \text{R\$ 2,26} \div \text{US\$ 1,90} = 1,19 \text{ dólares por dia} \\ \text{para cada um.} \end{aligned}$$

Programas de governo – Outro cálculo para avaliar os índices de pobreza consiste em programas governamentais, como os chamados Programas de Renda Mínima. Num desses programas, definiu-se que serão beneficiadas as famílias em situação de pobreza, com renda mensal por pessoa na faixa de 70 a 140 reais e famílias em situação de extrema pobreza, quando a renda individual é menor que 70 reais. Por exemplo:

Se na família de seu Marcelo a renda mensal, somando todos os ganhos, consolidada-se em 340 reais, dividimos este valor pelo número de moradores da casa: no caso, 5 ($340 \div 5 = 68$). De acordo com esses cálculos, portanto, a família de seu Marcelo está posicionada abaixo do índice de pobreza.

Pode-se observar que, segundo critério do Banco Mundial, a família de seu Marcelo é “apenas” pobre, enquanto segundo o programa de renda mínima, ela está em situação de extrema pobreza. Por isso, muitos especialistas procuram meios multidimensionais para determinar o nível de pobreza de uma pessoa ou de uma família.

b) Acesso às necessidades básicas de renda (Multidimensional – Índice de Desenvolvimento Humano, IDH)

Tomando-se por base a renda, verificamos que a família de seu Marcelo foi apontada tanto como pobre (primeiro índice) quanto como se estivesse abaixo da linha de pobreza (segundo índice). Vejamos, agora, como o acesso que essa família tem a algumas necessidades básicas, como, por exemplo, alimentação adequada, serviços de saúde, educação, trabalho, acaba se refletindo nos fatores que compõem o IDH, medido por três indicadores: o econômico – a renda *per capita*; o de saúde – a expectativa de vida ao nascer, pois se parte do princípio de que se vive mais quando se tem mais saúde; e o de educação – baseado nas taxas de analfabetismo e de matrículas em todos os níveis de ensino.

Nesse caso, não se pode tomar o caso isolado da família de seu Marcelo, mas o conjunto de famílias de todo o município, pois o IDH é um indicador que mede o nível de desenvolvimento humano de grupos de pessoas de determinadas regiões geográficas, como municípios, Estados e países.

O IDH pode variar de 0 a 1, e, quanto mais próximo de 1, maior o IDH. Municípios ou grupos com nível mais alto de desenvolvimento são aqueles nos quais:

- ▶ a expectativa de vida ao nascer é alta, isto é, em média superior a 70 anos de idade;
- ▶ as taxas de analfabetismo são baixas e há um número significativo de matrículas em todos os níveis de ensino;
- ▶ a renda *per capita* é alta.

c) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (multidimensional)

Nesse programa, um importante fator levado em consideração para medir o nível de

pobreza é a **moradia**. Entre os critérios adotados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, verifica-se, por exemplo, se há água encanada e rede de esgoto, luz elétrica, banheiro, telefone, carro, televisão, computador; se na casa vivem, no máximo, duas pessoas por quarto; se é própria (documentada) ou alugada; e se a ocupação é desordenada. Neste caso, devem ser considerados como indicadores de pobreza os “assentamentos informais”, como favela, cortiço, mocambo, palafita e casebres em barranco de rio.

Outra das dimensões mensuradas é a **saúde**: *Há pessoas doentes na família? Como a família tem acesso a médicos e enfermeiros? No atendimento médico, qual o tamanho da fila, quanto tempo se leva para fazer um exame? O atendimento é prestado próximo à casa? Quando a locomoção é impossível, quanto tempo demora o atendimento? Qual é o gasto com medicamentos? A alimentação ajuda na manutenção da saúde? O tipo de trabalho prejudica a saúde?*

Para o PNUD, a **educação** também é fundamental. Então, pergunta-se: *quantas vezes as pessoas da família que vão à escola precisam faltar à aula? No exemplo citado, quantos anos de estudo têm o seu Marcelo e sua esposa? Qual é a média das notas na família? Existe o hábito de leitura? Os professores dos filhos têm boa formação?*

No caso da composição da **renda**, o programa investiga se crianças e adolescentes são obrigados a trabalhar para ajudar nas despesas da família, já que o fato de crianças trabalharem é um sinal claro de pobreza, pois elas estão em idade de, principalmente, estudar e brincar; se a renda mensal *per capita* da família é maior que meio salário mínimo; e, também, se o grupo familiar recebe ajuda em dinheiro do governo.

2. Por que a maioria das pessoas é pobre e parece aceitar isso como natural?

Nesta questão pode-se introduzir o tema da **ideologia**. Faça a proposta do tema à classe, anote as respostas na lousa e prossiga o diálogo utilizando-se dos conteúdos oferecidos e de outros que você julgar mais apropriados.

Comece com esta pergunta: *por que parece normal algumas pessoas viverem em conforto, sem problemas materiais, enquanto outras passam, principalmente, dificuldades durante toda a vida? O que haveria de errado com o ser humano? Por que há fartura e fome em um mesmo país, e tantas diferenças até entre vizinhos?* Temos duas possibilidades de resposta que merecem reflexão. A primeira pode ser resumida nesta fórmula: “Isso ocorre porque as pessoas não têm **estudos**”, o que transfere a responsabilidade para quem não estudou. A segunda, diz respeito ao **trabalho**, ao se responsabilizar quem não trabalha. Em ambas as respostas, a responsabilidade é dos próprios pobres. Enfim, em muitos casos, aponta-se a falta de vontade das pessoas de trabalhar ou de estudar, desenhando-se, assim, a preconceituosa e quase clássica figura do marginalizado.

A respeito do primeiro argumento, não há dúvida de que a pobreza dos indivíduos pode ser atrelada à falta de estudo, porém não em uma perspectiva individual e, sim, social.

A responsabilidade, neste caso, em primeiro lugar é do Estado, e de toda a sociedade, pois sem uma adequada política educacional, bem estabelecida e duradoura, torna-se mais difícil a participação política, base para a construção da democracia. Por outro lado, é necessária uma crítica a respeito do comportamento de todos em relação à educação, o que inclui pais, professores e funcionários da escola, além de o aluno. Responsabilizar apenas o Estado é anular completamente o compromisso de outros agentes da educação; no entanto, restringir,

também, a responsabilidade a esses agentes indica falta de reflexão e de entendimento sobre o papel do Estado na implantação de políticas públicas que favoreçam a todos.

A estrutura educacional está permeada de problemas éticos e políticos. Éticos, porque exigem o compromisso social dos agentes: professores são interpostos entre as limitadas condições gerais de trabalho e os alunos; funcionários e diretores dividem-se entre as rotinas burocráticas da escola e a educação integral do aluno e a facilitação do trabalho do professor; os pais percebem que deve haver harmonia entre estas duas necessidades: sua vida e a formação dos seus filhos, o que implica respeitar a escola, sobretudo ao reconhecer a importância dos professores. No que diz respeito aos problemas políticos, a relação é bem mais ampla e exige o compromisso de todos os agentes, por exemplo, no sentido da construção democrática da vida escolar, do bom uso do dinheiro público; enfim, da necessidade de vigilância constante da sociedade em relação à melhoria da escola.

De certa forma, a discussão sobre a educação abrange aspectos relativos também ao trabalho, já que o acesso ao mercado e os níveis salariais estão diretamente associados ao nível de escolaridade dos indivíduos.

3. A ideologia

Resumindo os dois argumentos, a superação da pobreza está associada à educação para o trabalho e, também, ao emprego. Em certo sentido, ainda se acredita nessa relação. Por quê? Em consequência, principalmente, da ideologia. Superar ou eliminar a pobreza não é algo passível de ocorrer, simplesmente, por meio da educação e do trabalho, mas pode ser resultado de políticas sociais decorrentes de maior participação de todos quanto a decisões sobre distribuição de renda. É bem verdade ser possível encontrar alguns

indivíduos que conseguem maior renda e acesso a outros benefícios por meio desses quesitos. No entanto, rotineiramente, essa conquista não é uma regra; é exceção no universo social, justamente porque se trata de conquista de alguns ou de poucos, e não de todos, nem sequer da maioria. Por outro lado, a política da igualdade não está apenas interessada em uns e outros, mas em **todos**. “Todos” é uma das palavras mais importantes para a política que se pretende democrática, solidária e promotora de sociedade sem exclusão.

Dialogar – Para pensar a ideologia

Para esta aula, será fundamental retomar a biografia de Karl Marx utilizada anteriormente, além de anotações básicas sobre seu pensamento social e filosófico tal como já foi analisado anteriormente.

Para Marx, a atividade de sobrevivência do nosso corpo exige que produzamos, por meio do trabalho, as condições de nossa existência, ou seja, para comer, dormir, curar nossas doenças, morar, todas as pessoas precisam produzir os meios para sua sobrevivência. No entanto, há pessoas que vivem à custa do trabalho alheio, ao explorar o trabalho alheio e provocar a separação entre o homem que trabalha e o fruto de seu trabalho, que passa a ter como finalidade beneficiar outros.

Os indivíduos que vivem da alienação do trabalho de outros, para Marx, também criaram um sistema de crenças que mantém e perpetua seu poder sobre a maioria. Em vez do uso puro e simples da força, criam um discurso capaz de justificar a exploração do trabalho alheio. Tal discurso justificador da exploração alheia é a ideologia, segundo Marx. Assim, as pessoas acabam por considerar que é natural e justo o sofrimento decorrente de seu lugar na sociedade. Ainda segundo Marx, como vimos

no bimestre anterior, a sociedade é dividida entre aqueles que vendem sua força de trabalho e os que compram esta força de outrem.

Os proprietários dos meios de produção – como a terra, o comércio, as indústrias, as empresas em geral –, e, ainda, no caso da sociedade contemporânea, os proprietários de bancos e dos grandes veículos de comunicação, não precisam vender a força de trabalho para ninguém, ou seja, não se tornam mercadorias. Os que não são proprietários destes mesmos meios de produção precisam vender a sua força de trabalho, tornando-se mercadoria.

A ideologia que justifica a manutenção dessa diferença entre os proprietários e os não proprietários colabora e mantém uma sociedade na qual, em outras palavras, os ricos continuam ricos e os pobres permanecem pobres.

A ideologia é um sistema que produz valores, representações e desejos, muitos dos quais apenas reproduzem relações sociais sem questioná-las, justificando, assim, as condições de desigualdade social. Que tal trabalhar, no exercício a seguir, algumas dessas questões com os alunos?

Inicialmente, peça que recortem em revistas e jornais imagens que caracterizem a desigualdade social. Depois, com base nas imagens, é importante discutir como é possível que as pessoas vivam naquelas péssimas condições de moradia, saúde etc. *Como é possível enxergarmos as desigualdades e, mesmo assim, elas continuarem a existir? O que podemos fazer?* Considere a importância de discutir a questão dos discursos ideológicos, aqueles que acabam por ajudar a manter tais condições perversas de vida. Muitos desses discursos estão presentes na lei, na religião e na moral. Em seguida, encaminhe a discussão para os possíveis argumentos:

Argumentos da lei – As pessoas têm o direito à propriedade e o direito de consegui-la como resultado de seu esforço. A lei garante a defesa da propriedade e não permite que ninguém a tome. Dessa forma, o sistema legal defende a existência de propriedade por parte de alguns, e não de todos. O rigor e o cumprimento da lei podem sugerir que não se deva questionar ou criticar o fato de alguns serem proprietários e outros não.

Argumentos religiosos – Para algumas religiões, o importante é o espírito, e pouco se dá valor ao corpo. Para outras, o corpo é sagrado por ser a morada do espírito. Independentemente da exaltação do corpo assumida por uma ou outra religião, aqui interessa a reflexão sobre alguns argumentos religiosos que justificam a pobreza. Quando se valoriza a fé como a única ferramenta para conseguir melhores condições de vida, temos uma compreensão de natureza religiosa que precisa ser analisada com cuidado, para não se correr o risco de anular a importância da organização e da participação de movimentos de luta por direitos como moradia, saúde, alimentação, educação.

A pobreza pode ser vista, religiosamente, até como virtude, ou o seu contrário, como castigo. Virtude, porque é bom ser pobre, desapegado dos bens terrenos, porque o mais importante é a oportunidade de crescimento e construção de riqueza espiritual. Castigo, sob outros aspectos, também religiosos, porque as grandes fortunas são vistas como uma dádiva divina, sem o questionamento de que resultam, na maioria das vezes, da exploração de trabalhadores e geram desigualdade social.

Argumentos morais – A resposta moral diz que as pessoas são pobres por causa da maldade dos ricos e pelo fato de elas não lutarem para conseguir melhores condições de vida, ou seja, ganância de uns, e indolência de ou-

tros. Por outro lado, afirma-se, os pobres não trabalham o suficiente para enriquecer. Afinal, se trabalhassem e estudassem, para além do que muitos já fazem, seriam bem-sucedidos. Em relação ao pobre, a moral ainda ensina que é melhor ser pobre do que ganancioso: “Sou pobre, mas sou honesto”. Aqui, além de confundir pobreza com honestidade, o sofrimento da pobreza acaba compensado por uma autoimagem positiva, mas que não garante qualquer acesso aos bens sociais.

Em síntese, o discurso ideológico justifica a preservação de uma sociedade de pobres e ricos, ainda que atualmente possamos identificar muitas camadas ou muitos matizes no interior da classe dos trabalhadores e no interior da classe daqueles que são donos dos meios de produção e vivem do trabalho alheio. Afirmações como estas – “o trabalho torna-se a saída para a pobreza”; “a lei tem de defender o que as pessoas conseguiram com muito esforço”; “precisamos fazer doações” – não são falsas, mas não dizem tudo sobre as desigualdades, sobre o que as provoca, sobre quais seriam as possíveis soluções. São meias verdades que constituem a ideologia. Se as elites falassem apenas absurdos, seria fácil perceber suas estratégias. No entanto, a justaposição de meias verdades cria uma possibilidade de crença, de confiança, de justificativa. Por exemplo, quando se afirma que “o trabalho dignifica o homem”, isso não é mentira, mas o trabalho que dignifica o homem também pode degradá-lo e fazê-lo sofrer, por alcançar pequenos resultados ao longo de sua vida e por beneficiar mais outro homem do que a si mesmo.

Ler – O Capital

Destaque esta frase para os alunos: **é preciso ter emprego para toda a família.** Depois, leia o texto a seguir, que também está no Caderno do Aluno.

“O valor da força de trabalho era determinado não apenas pelo tempo de trabalho necessário para manter um trabalhador adulto individualmente, mas também pelo tempo necessário para manter sua família.

O maquinário, ao jogar todos os membros dessa família no mercado de trabalho, expande o valor da força de trabalho do homem para toda a sua família, depreciando, assim, sua força de trabalho.

Comprar a força de trabalho de uma família de quatro operários custa, talvez, mais caro do que a comprar a força de trabalho do chefe de família no passado, mas, em compensação, quatro dias de trabalho substituem o de um dia, e seu preço cai em proporção ao excedente de trabalho de quatro do que em relação ao excedente de trabalho de um operário. Para que a família possa viver, quatro pessoas precisam agora não apenas trabalhar, mas consumir trabalho excedente para o capitalista. Vemos assim que o maquinário, ao aumentar o material humano que forma o principal objeto da força exploradora do capital, ao mesmo tempo eleva o grau de exploração.”

MARX, Karl. *Capital: a critique of political economy* - v. 1. p. 431-32. Tradução Maria Eloisa Pires Tavares. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=3498>. Acesso em: 31 ago. 2009.

Procure debater com os alunos a frase apresentada inicialmente. Será importante ressaltar os aspectos verdadeiros ou realísticos da frase e os aspectos que ela tenta ocultar. Por exemplo, na frase: **é preciso ter emprego para toda a família**, afirma-se uma condição necessária, já que as pessoas precisam de emprego, para atender às suas necessidades. Mas tirar um jovem da escola e colocá-lo no mercado de trabalho, ou, até mesmo, fazê-lo trabalhar durante o dia para estudar à noite, quando ele

perde a chance de se desenvolver para além do que a escola ensina, pode comprometer o seu desenvolvimento econômico e intelectual.

O trabalho dos jovens esconde sua condição de pobreza, e, mesmo que haja situações diferentes, nós nos referimos à maioria. Muitos pais de nossos alunos viveram essa situação, tendo de trabalhar muito cedo, quando não na infância, como aprendizes, mas isso não significou adiantar sua maturidade nem sua autonomia.

Propostas de Questões para Avaliação

1. Cite exemplos de argumentos que indivíduos da classe dominante empregam para justificar sua condição social privilegiada.

Alguns exemplos: os privilégios materiais resultam de esforços e muito trabalho de gerações e gerações em certas famílias; os ricos são merecedores de sua condição, quer seja por se esforçarem, quer seja por serem bons; o mundo é assim mesmo: alguns nasceram para ser patrões, e outros, para ser empregados.

2. De que forma alguns argumentos morais, como por exemplo: *sou pobre, mas sou honesto* ou *os pobres não se esforçam o suficiente para sair da pobreza*, colaboram para uma consciência ingênua sobre a pobreza?

Essa questão é importante, principalmente porque sua resposta exige pensamento reflexivo capaz de abarcar mais que um aspecto do mesmo processo. A recompensa pelo trabalho deve ser valorizada e incentivada, mas também deve ser analisada e questionada nos casos em que serve para preservar ou “amortecer” os efeitos de uma condição ruim do trabalhador. Neste caso, a recompensa e o reconhecimento pelo trabalho podem ser traduzidos justamente

em superação das condições inadequadas. Outra reflexão importante refere-se à ideia de que o trabalho dignifica, de que o trabalho é digno. Cabe a pergunta se é possível afirmar genericamente que todo trabalho dignifica o trabalhador. Sabemos que não. O mesmo esforço reflexivo pode ser empreendido a respeito da ideia de que o sacrifício não pode estar presente no trabalho. Muitos trabalhos socialmente relevantes e que conferem dignidade ao trabalhador exigem sacrifícios e, por isso mesmo, devem ser mais valorizados. Como exemplo, temos o magistério e a medicina. O que não se pode perder de vista é a própria relação entre sacrifício e dignidade, entre sacrifício e ética.

3. Leia a seguinte afirmação, de Karl Marx: “O maquinário, ao jogar todos os membros dessa família no mercado de trabalho, expande o valor da força de trabalho do homem para toda a sua família, deprecian-do, assim, sua força de trabalho”.

Agora, assinale a frase que mais corresponde às ideias do filósofo:

- a) as máquinas valorizam os homens, criando um trabalho mais fácil.
- b) as máquinas não colaboram necessariamente para o fim da exploração.
- c) as máquinas e a tecnologia são uma maneira de dar emprego a todos e criar um clima de felicidade para as famílias.
- d) os capitalistas inventaram as máquinas para ajudar os trabalhadores, pois eles eram muito explorados no sistema feudal.
- e) com as máquinas, todo mundo sai lucrando, trabalhadores e capitalistas;

afinal, é a tecnologia resolvendo os problemas dos homens.

Proposta de Situação de Recuperação

Os alunos que não conseguiram alcançar os objetivos desta Situação de Aprendizagem podem ser conduzidos aos procedimentos de recuperação. Eles devem retomar as anotações do Caderno e refazer o exercício de análise de imagem, segundo a ideologia, utilizando uma propaganda veiculada por jornal ou revista.

Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para compreensão do tema

Livros

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação*. São Paulo: Moderna, 2. ed. 2001.

BRECHT, Bertolt. *Santa Joana dos Matadouros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

Filmes

Domésticas, o filme. Direção: Nando Olival e Fernando Meirelles. Brasil, 2001. 85min. 12 anos.

Pão e Rosas (Bread and Roses). Direção: Ken Loach. Reino Unido/França/Espanha/Alemanha/Suécia, 2000. 110min. 14 anos.

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 2

DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL

O objetivo desta Situação de Aprendizagem é introduzir o debate sobre a noção de democracia, fundamentada na justiça social, com base nas ideias do filósofo John Rawls. Para ele, só há democracia se houver igualdade **de fato**. Por isso, todas as autoridades deveriam trabalhar por essa igualdade.

Da igualdade e da liberdade surge a diversidade, mas também a necessidade de criarmos um acordo comum, para que ambas

sejam, de fato, os princípios norteadores da política.

Cada vez mais se torna fundamental que o aluno seja levado a identificar a importância da participação política, do conhecimento de seus deveres e direitos e do significado da convivência pacífica; enfim, que somente a participação política consciente e crítica pode trazer mudanças em todas as esferas da vida social.

Tempo previsto: 2 aulas.

Conteúdos e temas: democracia; liberdade; igualdade; justiça como equidade.

Competências e habilidades: exercício da reflexão crítica para pensar a democracia valendo-se do fundamento de que ela só se realiza pela igualdade efetiva entre os homens.

Estratégias: aulas expositivas; exercícios de reflexão e leitura.

Recursos: texto para leitura.

Avaliação: análise do Caderno do Aluno, bem como de produções escritas diversas aqui sugeridas que sejam mais adequadas ao professor, para garantir o aprendizado dos conteúdos destacados.

Sondagem e sensibilização – Ouvir e dialogar – Democracia e justiça social – O pensamento de John Rawls

Para esta aula, será fundamental ter em mãos uma pequena biografia de John Rawls.

Antes de iniciar um diálogo com os alunos, caso seja possível mostre o curta-metragem *João e Bilu*, de Kátia Lund, que tem 15 minutos de duração e que faz parte do longa-metragem *Crianças invisíveis* (veja referência completa ao final desta Situação de Apre-

ndizagem para a compreensão do tema). Se não conseguir exibir o filme, faça um breve relato do seu conteúdo, utilizando a sinopse apresentada em “Recursos para Ampliar a Perspectiva do Professor e do Aluno para a Compreensão do Tema”. Em seguida, discuta com os alunos os seguintes problemas: *Como os governos e as instituições podem ajudar milhares de crianças que vivem em situação parecida com a de João e Bilu? Onde está a violência no filme?* Procure nortear sua participação nesse diálogo de modo a introduzir o pensamento de John Rawls.

Para John Rawls, apenas as pessoas mais necessitadas de uma sociedade é que revelam, mais exatamente, o que ela é de fato. Quais são as pessoas mais indefesas em nossa sociedade? A resposta é quase óbvia: as crianças, que são incapazes de elaborar soluções para os seus problemas. As crianças são absolutamente dependentes da sociedade. Elas estão à mercê dos adultos, independentemente da classe social. Entretanto, quanto mais pobres, mais indefesas e sujeitas elas estão ao sofrimento e, até, à morte. Assim, o filme *João e Bilu* nos leva a pensar como a maioria das nossas crianças está indefesa e nos ajuda a refletir sob que tipo de política vivemos e nos permitimos viver.

De acordo com John Rawls, a política deve se basear não em ideias religiosas, econômicas ou filosóficas, mas *na justiça como equidade*, real, vivida no dia a dia. Assim, o mais importante é agir, para que as muitas crianças que sobrevivem no cotidiano violento tenham uma igualdade **de fato** com as crianças que têm uma vida confortável, protegida, e que podem estudar para ter a perspectiva de um futuro melhor.

A justiça como equidade

Um aspecto fundamental no pensamento de John Rawls é a democracia justa, ou melhor, um sistema no qual **todos** sejam verdadeiramente iguais em direitos e oportunidades. Para ele, a democracia moderna que procuramos construir é um grande avanço político, porque se baseia no princípio de que ninguém deve ser escravo de ninguém, ou seja, se os pilares da democracia são a **igualdade** e a **liberdade**, somos livres e responsáveis por nossa própria vida. Se todos são livres, logo todos são iguais, e não há uma relação de superioridade entre as pessoas. Assim, livres, todos têm o direito de viver e de ser conforme os seus próprios desígnios. Portanto, o objetivo de cada governo democrático deve ser a construção da

igualdade com base na liberdade, mas isso não será possível se não se estabelecer entre todos uma convivência cooperativa, um acordo entre os homens, para que cada um possa ser respeitado desde o seu nascimento e em sua dignidade humana, isto é, em sua liberdade e sua igualdade. Eis o que podemos chamar de influência contemporânea do contratualismo.

Dessa forma, por meio do respeito à igualdade e à liberdade, o primeiro fruto da democracia será o pluralismo, em que cada um poderá cooperar com a sociedade segundo suas capacidades, que são diferentes. Por isso, cabe às instituições respeitar a liberdade e a igualdade de direito de todos.

Para produzir a **justiça social**, a única forma de se respeitar os direitos de todos, é preciso pautar até mesmo a criação de leis, pois algumas delas são injustas, como é o caso daquelas que possibilitam o desrespeito e a manipulação dos seres humanos, chegando até à tortura, ou as que não protejam efetivamente os necessitados nem promovam a igualdade, que deve ser a base da justiça. Assim, nenhum governo que não lute pela igualdade ou que não promova socialmente os mais pobres pode ser considerado um governo legitimamente democrático. A verdadeira democracia consiste, assim, em dar a todos as mesmas oportunidades.

O multiculturalismo como fruto da verdadeira democracia

Sob uma ditadura, as pessoas perdem a liberdade de expressão e também a liberdade para escolher seus representantes, assim como para mobilizar-se politicamente, como aconteceu no Brasil entre 1937 e 1945 (Estado Novo) e de 1964 a 1985 (ditadura militar). Do mesmo modo, sob um regime político governado por ideias religiosas, aqueles que não aceitam a religião dos governantes também não têm a liberdade. Na democracia, entretanto, o multiculturalismo é um sinal de que as

peças estão sendo respeitadas em sua igualdade e liberdade. Com a democracia, cada um pode seguir o caminho que constrói para si mesmo. Mas, *se cada um tem o direito de ser como é, como poderemos conviver com pessoas diferentes?* Para John Rawls, devemos ter em mente as seguintes ideias elementares:

1. A violência é o único modo de destruir o pluralismo; cada ação contra os valores dos outros é uma violência.
2. O verdadeiro poder político de uma democracia está com todos os cidadãos.

Somente essas duas certezas se sobrepõem aos valores particulares e devem nortear todas as instituições. Assim, a liberdade, que consiste na ausência da escravidão, deve compreender o respeito às pessoas que são diferentes. Sem esse respeito às diferenças, nós viveremos em uma sociedade de dominação e, por mais que não concordemos com os outros, precisamos respeitá-los. Do mesmo modo que não queremos que uma doutrina alheia nos governe, não podemos querer governar os outros com a nossa doutrina. A resposta a esta questão é a cooperação social.

A cooperação social

As pessoas diferentes só vão ter a possibilidade de progredir se houver cooperação social. Cada indivíduo tem uma percepção sobre o que é o bem, e por isso é importante a construção de uma ideia de justiça que possa ser compreendida e aceita coletivamente. A justiça é imanente, e não transcendente, mas também histórica, pois exige que cada sociedade, em seu tempo e espaço, formule o justo para todos, ao construir seu projeto de igualdade e cooperação mútua, impedindo a exploração de uns pelos outros.

A cooperação social consiste em três aspectos:

1. Não é um poder central que vai governar as ações sociais nem as individuais, mas, sim, uma construção coletiva.
2. Na construção coletiva de convívio, cada indivíduo deve participar de maneira equitativa do processo de regramento social, com base na **reciprocidade**. Só há cooperação se as ações forem pautadas pela reciprocidade: *O que não quero para mim não quero para os outros.*
3. A construção coletiva de convívio é racional, pois as pessoas nela engajadas estão ali à procura do seu próprio bem. Para conseguir o seu bem, é preciso respeitar os outros indivíduos.

Além dessas características fundantes da cooperação social, vale ressaltar suas regras básicas: justiça, consenso e discussão pública.

Justiça: a busca pela igualdade de oportunidade.

Consenso: respeito às diferenças, tomando-se por base a reciprocidade, a igualdade e a liberdade.

Discussão pública: todos precisam participar e ninguém pode ficar de fora, nem por omissão nem por ignorância. As pessoas devem ser ensinadas a participar da política.

Enfim, somente quando chegarmos ao amadurecimento geral da democracia teremos uma sociedade bem organizada, ou melhor, nas palavras de John Rawls, bem-ordenada. Rawls apresenta importante contribuição para uma teoria da justiça e merece ser conhecido justamente por situar-se no centro de polêmica entre conservadores e questionadores da sociedade capitalista. É criticado pelos conservadores por defender que os desvalidos, os não talentosos, os

excluídos da competição imposta pelo mercado de trabalho ou pelo mundo da política recebam benefícios por meios legais para inclusão e participação política, ainda que isso ocorra em detrimento parcial de direitos e privilégios dos bem-sucedidos. John Rawls é criticado também por aqueles que propõem o fim da sociedade capitalista desigual e injusta, porque não defende uma transformação revolucionária da sociedade e, sim, mudanças no campo do direito e do preparo de todas as pessoas para elas superarem o que ele define como o véu da ignorância que impede o exercício efetivo da democracia.

Ao analisar com os alunos estas duas abordagens, é preciso mostrar a importância delas para construção de reflexão sobre democracia e igualdade social.

Exercício – Reconhecer a pluralidade e respeitá-la

Para iniciar esta atividade, pergunte aos alunos o que eles entendem por **diferença**. Peça-lhes que apontem os principais elementos que caracterizam alguém como “diferente” e anote na lousa suas respostas. Certamente eles mencionarão elementos relacionados à etnia, à condição socioeconômica, à sexualidade, à

religião e à faixa etária. Não se esqueça de dizer à classe que esses diferentes vivem em um mesmo país, que luta pelo estabelecimento de uma democracia efetiva, e que eles, salvo tristes exceções, não vivem em guerra física uns com os outros, podem fazer acordos e, até, reconhecer elementos positivos no **outro**. Aproveite para apresentar aos estudantes alguns aspectos fundamentais das relações de **alteridade** e da importância de se respeitar e valorizar a diferença, pois, aos olhos dos outros, podemos ser nós os diferentes.

Finalmente, como exercício, peça aos alunos que escrevam em seus Cadernos uma redação com o seguinte tema: *Por que o convívio com quem é diferente de nós é importante para conseguirmos crescer como indivíduos?* Oriente-os para que reflitam tendo por base as ideias de John Rawls aqui apresentadas e, depois, use a redação como instrumento para sua avaliação da atividade.

Ler – A democracia – Liberdade com justiça

A leitura do texto seguinte, também presente no Caderno do Aluno, motivará o aprofundamento da reflexão sobre a relação entre justiça, igualdade e crescimento.

“Nós poderíamos raciocinar no seguinte sentido: se uma sociedade democrática é uma sociedade de pessoas livres e iguais, fundada na cidadania igual, então ela tem de ser, necessariamente, marcada pela justiça social. O seu sistema político e econômico tem de respeitá-las incondicionalmente e realizar o bem-estar de cada uma delas (oferecer um conjunto de bens sociais primários e de políticas públicas que possibilitem seu desenvolvimento integral). Se não fizer isso, então tal sociedade pode ser tudo, menos democrática e marcada pela justiça social. Nesse sentido, uma das grandes questões – um dos grandes desafios, na verdade – para se manter a efetividade e o valor da liberdade e da igualdade entre os cidadãos, assim como para permitir que o diálogo, a cooperação e o respeito mútuo sejam características basilares da convivência social, está em impedir que a sociedade se torne oligárquica; em outras palavras, impedir grandes desigualdades de riqueza. A concentração do poder econômico é fatal para a justiça social. Seu efeito imediato – sua exigência basilar – é a concentração do poder político. [...] Uma sociedade democrática justa é uma democracia igualitária e deliberativa, na qual os rumos do sistema político e econômico – da sociedade como um todo – são construídos coletivamente. Nela, os cidadãos têm seus direitos e suas liberdades básicas respeitados e realizados; eles têm oportunidades

para se desenvolver e para produzir [...] e, o que é muito importante, o sistema político e econômico é justo e, por conseguinte, estabelece uma cooperação social baseada no diálogo, na cooperação e no respeito mútuo. Assim, para que as pessoas precisariam roubar? Elas já não passam fome; elas já não são excluídas e marginalizadas; e, por outro lado, há mecanismos de combate à violência classista, à concentração do poder político e econômico por oligarquias. Em uma sociedade justa, portanto, já não há motivo para a violência dos excluídos, porque a violência classista (isto é, a violência política e econômica) está destruída.”

DANNER, Leno Francisco. *Democracia e justiça social: um argumento a partir da utopia realista de John Rawls*. 2006. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=35757>. Acesso em: 22 jul. 2009.

Muitas vezes ouve-se dizer que o Brasil precisa crescer, mas o crescimento e desenvolvimento de que tanto se fala está, quase sempre, associado à tecnologia e ao dinheiro. Porém, para John Rawls, crescimento significa justiça. Assim, o Brasil só será grande, de fato, quando todo o seu povo tiver seus direitos respeitados. Com base nessas questões e no texto apresentado, você pode aproveitar para debater com os alunos algumas questões essenciais:

1. Por que a democracia não é apenas o ato de votar?

Porque o voto é apenas uma das expressões de nosso pensamento político. A participação democrática requer, além do voto, o acompanhamento das ações dos políticos eleitos, dos conselhos setoriais e de classes, das campanhas e movimentos sociais. Requer a organização e a mobilização em torno das questões de interesse coletivo, como saúde, educação, moradia, preservação do meio ambiente e outras.

2. Por que, segundo John Rawls, a justiça social reduz a violência?

Porque a condição de igualdade material e cultural reduz a diferença entre indivíduos, diferença esta que em muitos casos é responsável por ações de violência, quer seja

por parte de quem tem melhores condições explorando quem não as tem, quer seja por parte de quem se sente injustiçado pela exclusão social e age com violência. Sabemos que a condição de exclusão com relação aos bens materiais e culturais não justifica a violência em geral, mas as ocorrências de roubos, assaltos, latrocínios são menos frequentes em sociedades cuja distribuição de renda e o acesso à educação são mais igualitários.

Propostas de Questões para Avaliação

1. Por que, segundo John Rawls, é preciso fazer um contrato entre os cidadãos, para que seja respeitada a liberdade de cada um?

Os alunos devem compreender a necessidade de que as liberdades básicas das pessoas sejam respeitadas, pois, sem elas, as minorias perderiam sua liberdade, ou seja, é preciso respeitar o outro, por mais diferente que seja.

2. O que você entende da afirmação de John Rawls, segundo a qual, em uma sociedade democrática justa, o poder coercitivo do Estado nunca precisará ser acionado, porque as pessoas têm à sua disposição os bens sociais primários, necessários ao seu desenvolvimento?

O aluno deve contemplar a ideia de que sociedades desenvolvidas, ou seja, sem exclusão social, têm maior probabilidade de serem pacíficas, não necessitando, portanto, usar a força policial. Isso quer dizer que não basta à sociedade ser rica apenas materialmente; ela precisa garantir processo educacional para cooperação. Se a sociedade não for rica na cooperação, ela torna-se violenta, pois as pessoas não têm um sentido propriamente humano para viver. Assim, somente a educação e uma ação justa poderão fazer com que a sociedade se torne verdadeiramente pacífica.

3. Leia o texto:

“Um dos grandes desafios, na verdade, para se manter a efetividade e o valor da liberdade e da igualdade entre os cidadãos, assim como para permitir que o diálogo, a cooperação e o respeito mútuo sejam características basilares da convivência social, está em impedir que a sociedade se torne oligárquica; em outras palavras, impedir grandes desigualdades de riqueza. A concentração do poder econômico é fatal para a justiça social.”(DANNER, 2006).

Agora, assinale as frases que resumem suas principais ideias:

- a) O desafio da democracia é fazer com que a riqueza não se concentre nas mãos de poucos e seja dividida entre todos.
- b) A concentração de poder econômico significa que há uma maioria desprovida de bens, pois estes estão concentrados nas mãos de poucos.
- c) Na democracia, não importa que algumas pessoas sejam extremamente ricas, pois não pode haver riqueza para todos.

- d) Para impedir grandes desigualdades de riqueza, é necessário que as pessoas trabalhem mais e usem as suas liberdades democráticas para ganhar mais dinheiro.
- e) Os pobres devem entender que algumas pessoas nasceram para ser ricas, e outras, para trabalhar. Essa é a única igualdade possível, vivendo cada um em sua condição social, respeitando a condição dos outros, inclusive a dos ricos.

Proposta de Situação de Recuperação

Os alunos que não conseguiram alcançar os objetivos desta Situação de Aprendizagem podem ser conduzidos aos procedimentos de recuperação. Para tanto, podem retomar as anotações do Caderno para desenvolver uma redação a respeito do tema: “*Como a justiça social amenizaria o problema da violência?*”.

Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para compreensão do tema

Livros

DANNER, Leno Francisco. *Democracia e justiça social: um argumento a partir da utopia realista de John Rawls*. Dissertação de mestrado em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2006.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *O direito dos povos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Justiça como equidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROUANET, Luiz Paulo. *Rawls e o enigma da justiça*. São Paulo: Unimarco, 2002.

SANTANA, Alessandra Andrade. *A segunda posição original: o contrato social aplicado à sociedade dos povos, segundo John Rawls*. Dissertação de mestrado em Filosofia. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2006.

SILVA, Walter Valdevino Oliveira. *A teoria política da justiça de John Rawls: em direção a um liberalismo político para uma sociedade democrática bem-ordenada*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2005.

VITA, Álvaro de. *A justiça igualitária e seus críticos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

Filmes

Crianças invisíveis (All the invisible children). Direção: Mehdi Charef, Kátia Lund, John Woo, Emir Kusturica, Spike Lee, Jordan Scott, Ridley Scott e Stefano Veneruso. 2005, Itália. 120min. 12 anos. O curta-metragem Bilu e João, de Kátia Lund (Brasil/Itália,

2005), é parte do filme *Crianças invisíveis (All the invisible children)*, que apresenta a situação de crianças em diferentes lugares do mundo. Este curta traz a experiência de duas crianças, dos irmãos catadores de alumínio João e Bilu. Eles passam o início da vida trabalhando com uma carroça na cidade de São Paulo. Bilu e João trabalham vendendo latinha e papelão para poder comprar os tijolos para construir uma casa. O filme se passa em um dia e uma noite. Os dois recolhem alumínio e papelão e ainda fazem transportes de objetos pequenos. As duas crianças não estão envolvidas em drogas, roubos ou guerras de grupos. Não há uma violência explícita e imediata. O filme mostra uma violência quase silenciosa na luta pela sobrevivência e pela troca de mercadoria por trocados, de serviços por alguns centavos ou poucos reais. Também se faz presente neste curta uma imagem já bastante conhecida que contrasta comunidades pobres, marcadas por ocupação urbana irregular e com moradias precárias com os prédios de classe média.

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 3 OS DIREITOS HUMANOS

O objetivo desta Situação de Aprendizagem é refletir sobre os Direitos Humanos. Uma visão geral destes direitos é importante,

pois, ainda que eles possam ser criticados, são (ou devem ser) garantidos no Estado Democrático.

Tempo previsto: 2 aulas.

Conteúdos e temas: Direitos Humanos.

Competências e habilidades: expressar por escrito e oralmente reflexão sobre os Direitos Humanos.

Estratégias: leitura, escrita e reflexão em grupo.

Recursos: textos para leitura.

Avaliação: análise do Caderno do Aluno, bem como de produções escritas diversas aqui sugeridas que sejam mais adequadas ao professor, para garantir o aprendizado dos conteúdos destacados.

Ler e escrever – Apresentação do texto

Para início desta reflexão, vamos fazer uma análise do Preâmbulo da Declaração dos Direitos Humanos, presente no Caderno do Aluno. *Qual o contexto histórico da época de sua promulgação?* É preciso lembrar os alunos dos horrores da Segunda Guerra Mundial e dos crimes coletivos praticados pelos regimes totalitários, assim como a morte de milhões de pessoas provocada pela tecnologia bélica, em especial a bomba atômica, sempre acrescentando exemplos e situações que melhor atendam a suas expectativas docentes. Em seguida, procure lembrar com eles os direitos básicos apontados por John Rawls. Depois, peça que formem duplas, dando a cada uma delas dois ou mais artigos da declaração, e discuta com

os alunos os seus artigos, analisando como eles são (ou não) cumpridos no Brasil, e o que precisa ser feito para que sejam respeitados, além de outras questões que você julgar importantes.

Elaboração de cartazes

Como atividade, os estudantes podem elaborar cartazes, nos quais desenhem ou façam colagens compondo imagens, ou ainda reproduzir fotos, conforme as possibilidades materiais da turma. As imagens criadas com as colagens ou reproduzidas devem estar associadas aos artigos da Declaração dos Direitos Humanos. Eles podem também montar colagens de poesias e de letras de músicas que sugiram referências aos artigos ou à problematização em torno dos mesmos.

© Mantovani Fernandes/ O Popular/ Folha Imagem



Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Em seguida, os alunos devem colar os cartazes em algum lugar da escola, pois o objetivo geral é fazer com que o maior número possível de pessoas tenha contato com os artigos da Declaração, integralmente aqui reproduzida.

Você poderá orientá-los a fazer duas pesquisas em torno da Declaração dos Direitos Humanos.

- ▶ a primeira sobre o processo histórico na ocasião em que a Declaração foi proclamada;
- ▶ na segunda, oriente-os a pesquisar duas leis brasileiras que procuram garantir direitos aos jovens, às crianças e aos idosos que instituíram o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

A Assembleia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo III

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo VII

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII

Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV

1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião,

têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

Artigo XVII

1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo XIX

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

Artigo XXV

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos.

Artigo XXVII

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIX

1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 08 set. 2009.

No estudo sobre a Declaração dos Direitos Humanos é importante considerar o movimento europeu do século XVIII e, ainda, o processo de independência dos EUA. O contexto histórico que tem início na Inglaterra no século XVII e se estendeu pela Europa no século XVIII é intenso e fértil em termos da produção filosófica que fundamentou a Revolução Francesa e todo o pensamento liberal que estabeleceu as bases da independência das colônias americanas. Você poderá realizar uma breve retomada sobre esse contexto, que certamente os alunos já conhecem das aulas de História. O importante é destacar os filósofos que produziram reflexão sobre temas associados aos Direitos Humanos. São eles John Locke (1632-1704); Montesquieu (1689-1755); Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); e Immanuel Kant (1724-1804). O pensamento desses filósofos é estudado em outras séries do Ensino Médio. Porém é importante a lembrança e associação de seus nomes e teorias ao tema analisado nesta Situação de Aprendizagem, justamente porque se preocuparam com questões do Estado, dos direitos, da igualdade e da liberdade.

Com Locke, temos crítica ao absolutismo e entendimento de que um Estado baseado em leis e defesa do direito ao trabalho e à propriedade pode garantir superação do estado de guerra ao qual são levados os homens, que, apesar de nascerem iguais, tornam-se diferentes, porque alguns, por meio de esforços e mais trabalho que os demais, apropriam-se da terra.

Com Montesquieu, temos a valorização das leis e o Estado constituído por três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário para garantia da igualdade dos cidadãos.

Com Rousseau, temos a defesa de igualdade de direitos e deveres políticos garantidos por contrato social, cujo objetivo central

é a realização da “vontade geral”, para que a vontade particular dos privilegiados não despreze a liberdade ou a vida de alguém.

E Kant auxilia no aprofundamento da reflexão em torno dos Direitos Humanos, defendendo duas condições para garantia dos mesmos: a internalização dos valores associados aos direitos pelos indivíduos e a universalização destes mesmos direitos. O imperativo de que devemos agir de tal forma que nossa ação possa ser uma lei universal é um fundamento central para se pensar a igualdade de direitos.

Os quatro filósofos criticaram o Estado absolutista e propuseram princípios que pudessem garantir a construção de um Estado de direitos por meio de contrato, realização de vontade geral, divisão de poderes e leis.

Os alunos podem ser orientados a discutir e responder por escrito sobre a importância destes pensadores para a reflexão sobre Direitos Humanos. Caso a escola ofereça estas condições, eles podem realizar consulta na internet sobre o pensamento político dos filósofos em questão.

Propostas de Questões para Avaliação

1. Considerando a afirmação presente no artigo XXVII, de que “Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”, comente os impedimentos para que este direito se apresente de forma generalizada para todos os brasileiros.

A resposta deve abarcar alguns impedimentos, tais como: a má distribuição de renda impede o acesso aos benefícios da ciência,

como medicamentos e demais recursos na área de saúde; impede ainda formação técnica e artística a para grande maioria. Além de impedimentos quanto ao acesso aos benefícios conquistados pela ciência, vivemos no Brasil entraves para produção científica e artística. É bastante comum a representação de que, para o sucesso profissional em arte e ciência, é preciso atuar fora do Brasil, em países que investem e valorizam essas áreas.

2. Elabore uma redação sobre o tema: A Declaração dos Direitos Humanos como avanço teórico na perspectiva democrática e as exigências para sua efetiva garantia.

Proposta de Situação de Recuperação

Para o caso dos alunos que apresentam dificuldades para a realização das reflexões desta Situação de Aprendizagem, é importante a retomada não apenas da leitura da Declaração dos Direitos Humanos, mas também das anotações de aula, sobretudo a respeito do preâmbulo e do texto de sua promulgação pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Eles podem também ser orientados a pesquisar em seu material, como o *História Geral*; livro didático, em anotações de aula e na internet.

Após essa retomada, poderão elaborar uma redação sobre a importância desta Declaração e as ações necessárias no Brasil para que os direitos proclamados sejam de fato garantidos.

Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para compreensão do tema

Livros

BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MESQUITA NETO, Paulo de; ALVES, Renato Antonio. *3º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil*. Núcleo de Estudos da Violência, 2007. O 3º Relatório é parte de um projeto de desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento dos direitos humanos no Brasil e traz dados sobre todos os Estados do país, no período entre 2002 e 2005.

Filme

O jardineiro fiel (The constant gardener). Direção: Fernando Meirelles. EUA, 2005. 105min. 14 anos.

Site

Núcleo de Estudos da Violência Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 21 jul. 2009. Nele, você encontrará indicações de livros e artigos sobre Direitos Humanos, além de *links* para outros *sites* que tratam especificamente do tema em diferentes áreas.

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Depois de conhecer, mais detalhadamente, os Direitos Humanos proclamados pela Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, os alunos poderão ser envolvidos em uma situação que precise

de sua mobilização política para solucionar um problema prático, e que para isso eles devem dirigir-se a uma autoridade eleita democraticamente, em sua cidade (prefeito ou vereador).

Tempo previsto: 2 aulas.

Conteúdo e temas: experiência política.

Competências e habilidades: almeja-se dar aos educandos a possibilidade de eles terem uma experiência política com as autoridades locais, eleitas democraticamente.

Estratégias: aulas expositivas; exercícios de escrita.

Recursos: Caderno do Aluno.

Avaliação: a correção dos exercícios e a organização do Caderno do Aluno são essenciais para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Sondagem e sensibilização

Para iniciar esta Situação de Aprendizagem, os alunos podem ser orientados a responder:

- ▶ *Quais as formas possíveis de participação política?*
- ▶ *De que forma você participa politicamente em nossa sociedade?*

Escrever carta a uma autoridade

Nesta aula, os alunos terão de trazer as respostas de seus familiares para a seguinte questão, que você poderá destacar: *O que nós precisamos, com urgência, em nossa comunidade?* É preciso dizer a eles que a justificativa da urgência deve constar da resposta que trarão no caderno. Na aula seguinte, de posse das respostas, os alunos devem eleger,

por votação, os problemas mais urgentes que apareceram em sala de aula, de acordo com os bairros. Caso a escola atenda a mais de um bairro, eleja um problema para cada um deles.

É fundamental que os alunos entendam o processo de escolha democrática dos problemas. Uma vez decidido em grupo, deve-se escolher para qual autoridade será enviada a carta, requisitando a solução do problema escolhido pela classe. Cada aluno deve escrever uma carta manuscrita para ser enviada à autoridade.

A seguir, apresentamos um modelo que os alunos poderão utilizar para redigi-la, mas você deve incentivá-los a escrever conforme suas próprias formas de expressão, com o cuidado com a Língua Portuguesa e na adequação dos argumentos.

Caminhos Bifurcados, ____ de novembro de ____ . (Cidade e data)

Prezado prefeito Tiburcino de Alenquer: (Saudação)

(Primeiro parágrafo, quem eu sou e quem eu represento)

Sou _____ (nome) título de eleitor número _____, e venho através desta carta cidadã, representar meu pai, título de eleitor _____, minha mãe, título de eleitor _____, e meu irmão, título de eleitor _____. Estou fazendo um trabalho de aprendizado da democracia, procurando compreender o valor do voto e da participação cidadã.

(Segundo parágrafo, qual é o problema)

Na escola onde estudo, fizemos uma eleição para discutir qual é o problema mais urgente de nosso bairro, a Vila Bela. Juntos, nós alunos decidimos que necessitamos da construção urgente de cobertura nos pontos de ônibus do bairro, para proteger as pessoas do sol, da chuva e também do vento.

(Terceiro parágrafo, a justificativa, ou o porquê)

Todas as manhãs, centenas de trabalhadores precisam pegar o ônibus para ir ao centro, mas, em dia de chuva, eles ficam todos molhados, tendo de seguir para o seu trabalho desta maneira. Muitos deles ficam doentes, como aconteceu com meu pai, por exemplo. Também as mães com criança de colo e os mais idosos não têm como se esconder do sol forte e da chuva. E tudo isso atenta contra a dignidade das pessoas que elegeram o senhor, justamente para cuidar de sua defesa.

(Quarto parágrafo, a esperança e a autoridade do remetente)

Espero que não tarde em me responder, dando solução para o problema escolhido por nós, estudantes, como o mais importante de nosso bairro. Sei que seu cargo traz muitas preocupações, mas nossa reivindicação faz parte do exercício da cidadania.

Atenciosamente,

A) _____
Aluna da 1ª Série do Ensino Médio da Escola Nicolau Maquiavel.

Revise o texto com os alunos e avalie se a redação expressa o que eles pretendem comunicar. Solicite que enviem a correspondência à autoridade escolhida, adotando como remetente o endereço da escola (evite colocar o endereço particular do aluno, para proteger a sua privacidade). Além disso, para postar, o aluno deve escrever, ao lado do destinatário, em destaque, *carta social*, pois cartas com essa designação contam com preço especial, bastante reduzido, desde que não

ultrapassem 10 gramas e que o envelope seja escrito a mão. A postagem pode ser feita nos Correios por um grupo de alunos que fique responsável por isso ou pelo próprio professor.

Se a carta for respondida, ou não, será um bom momento para o aluno perceber qual é o compromisso que a autoridade tem com os eleitores. *Afinal, por que votar em alguém que nos ignora?* Com ou sem resposta à carta, esta

experiência vai contribuir para que os alunos percebam que a sua cidadania lhes confere liberdade e autoridade civil para expor as suas demandas diretamente aos seus representantes.

Além da carta, você pode pedir aos alunos que procurem movimentos políticos que lutem por maior inclusão de pessoas na sociedade atual. Esses movimentos podem envolver trabalhadores, mulheres, negros, homossexuais, idosos, moradores de rua e tantos outros, e o critério é que constituam grupos de luta política, de movimento organizado em torno da garantia de direitos.

Proposta de Questões para Avaliação

A própria carta será a forma de avaliação desta Situação de Aprendizagem, observando-se os seguintes itens:

- a) a compreensão da importância de manter uma relação de acompanhamento das ações das autoridades constituídas e do exercício democrático pós-eleição;
- b) a compreensão da importância de identificar a relação candidato-partido político, com o objetivo de avaliar os compromissos da autoridade com o programa partidário;
- c) a compreensão do próprio estatuto jurídico de cidadão e da importância da participação política de todos os cidadãos;
- d) a capacidade de identificar os problemas enfrentados pela comunidade e reivindicar sua solução;
- e) a capacidade de elaborar argumentos consistentes, articulando os conhecimentos aprendidos na escola e as formas de intervenção cidadã.

Além da carta, algumas questões podem ser propostas para avaliação:

1. A participação política pode ser expressa por meio de diversas práticas. Destaque uma prática com a qual você se identifica e justifique sua resposta.

Resposta aberta, a depender da experiência do aluno, mas é importante que a prática destacada se caracterize por atuação que beneficie ou que objetive beneficiar uma comunidade, ainda que restrita ao cotidiano do aluno, como a escola, o bairro, a rua. E que a justificativa esclareça os motivos da identificação do aluno com a prática destacada.

2. A participação política sempre se fez necessária, porém os problemas do mundo contemporâneo tornam essa participação urgente e levam à perspectiva de superação do individualismo e dos benefícios associados a apenas alguns privilegiados. Por quê?

Porque os desafios sociais são complexos e para a solução de muitos desses problemas o esforço coletivo é extremamente importante. Como exemplos, temos o problema do congestionamento de trânsito nas grandes cidades; o problema da violência urbana; o problema da miséria que atinge milhões de pessoas.

Proposta de Situação de Recuperação

Se o aluno não atingiu, satisfatoriamente, os objetivos da presente Situação de Aprendizagem, retome a leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como a leitura dos registros das aulas e a própria carta enviada ao representante, para discussão de cada um desses critérios.

Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para compreensão do tema

Sites

Biblioteca Virtual sobre Corrupção. Disponível em: <<http://bvc.cgu.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2009. *Site* da Controladoria-Geral da União, um importante espaço para orientação anticorrupção.

Cartilha da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/cedis>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

Rede de Controle Social. Disponível em: <http://www.redecontrolesocial.org.br/breve_historico_da_rede_de_controle_social_da_administracao_publica_municipal>. Acesso em: 21 jul. 2009. Neste *site*, pode ser encontrado um *Guia de Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil*.

Transparência Brasil. Disponível em: <<http://www.transparencia.org.br/index.html>>. Acesso em: 21 jul. 2009. *Site* riquíssimo em termos de informações. A seção *Manuais* é um espaço obrigatório para aqueles que querem investigar o tema corrupção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

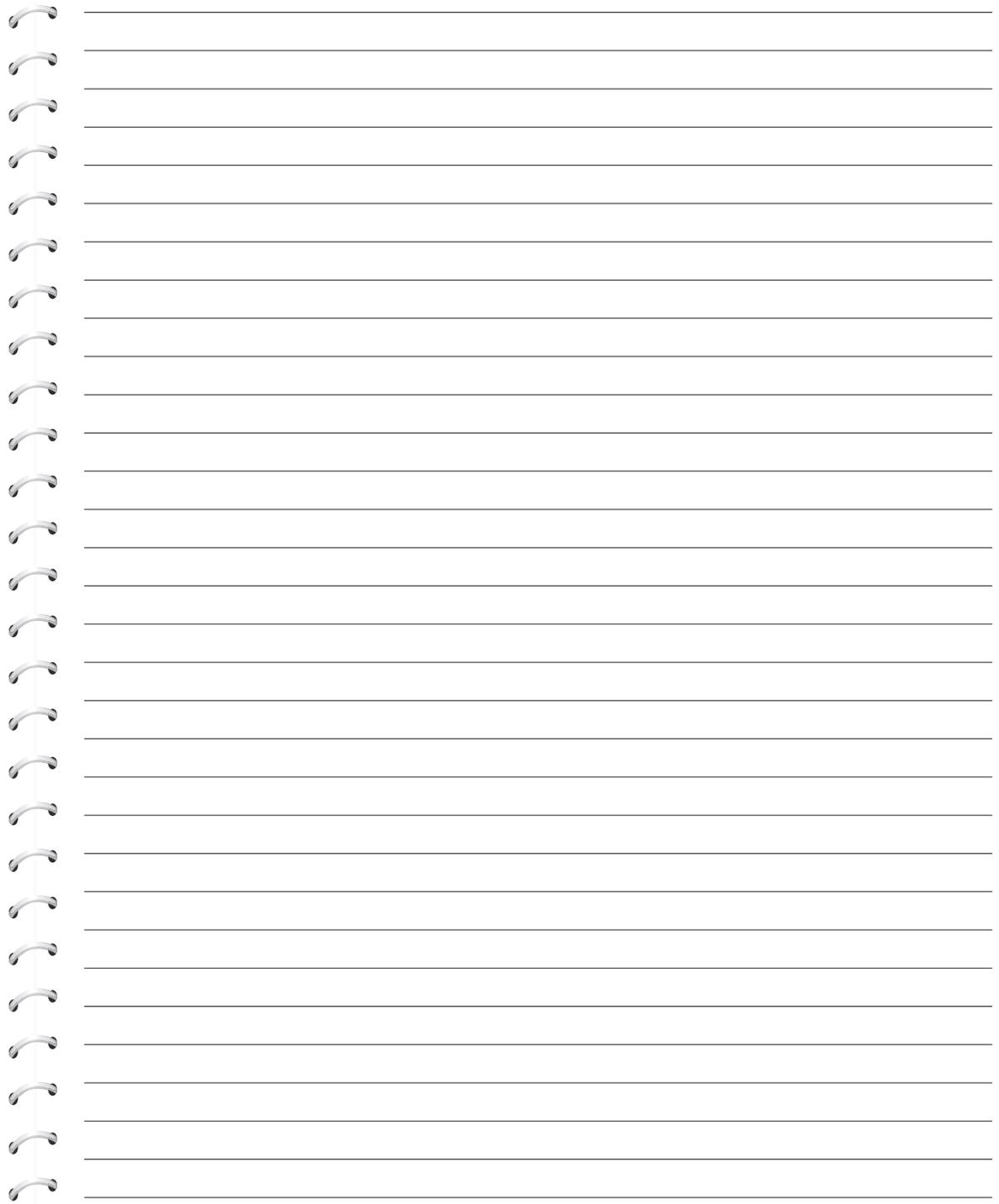
Professores, o trabalho de ensinar cidadania cabe a toda a sociedade, mas nossa profissão, cujo reconhecimento que lhe é devido cresce a cada dia, tem uma função particularmente especial nesta tarefa, que consiste em falar abertamente dos problemas da cidadania, da sociedade, dos poderes e das ideias.

Quando se apresentam situações de injustiças constantes, nossa tarefa é enfrentá-las, ins-

pirados pela tradição filosófica, que nunca se esquivou de perceber os problemas e pensá-los de maneira sempre radical, buscando não apenas resolvê-los, mas, além disso, levar a humanidade a uma existência superior, por ser crítica e reflexiva: em outras palavras, verdadeiramente política.

Não se pode viver sem o político, não se pode filosofar sem a práxis, fusão perfeita entre teoria e prática.

~~☒~~ Anotações



A spiral-bound notebook with 20 horizontal lines. The spiral binding is on the left side. The pages are white with a light gray border on the right side.

~~☒~~ Anotações



A spiral-bound notebook with a white cover and a dark grey spine. The notebook is open to a page with horizontal ruling lines. The spiral binding is on the left side. The page is mostly blank, with the word 'Anotações' and a crossed-out symbol at the top right.

